
O NACIONALISMO ARGENTINO DA GERAÇÃO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Vitor Hugo Silva Néia

Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Artigo resultante da Dissertação de Mestrado defendida em 2016, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Gabriela Pellegrino Soares e parcialmente financiada pela CAPES. E-mail: vths@hotmail.com

O NACIONALISMO ARGENTINO DA GERAÇÃO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA**INDEPENDENCE CENTENARY GENERATION'S ARGENTINIAN NATIONALISM**

Vitor Hugo Silva Néia

RESUMO

Nas últimas décadas do século XIX, a Argentina recebeu centenas de milhares de imigrantes. O entusiasmo de liberais sobre a imigração rapidamente deu lugar à visão do imigrante como ameaça à estabilidade social e à incipiente nacionalidade argentina. Assim, o Estado buscou homogeneizar a heterogênea população do país, sobretudo por meio de um projeto de educação patriótica. Preocupados com a afirmação dos valores e das tradições nacionais, em oposição à imigração, estavam os pensadores identificados à Geração do Centenário da Independência, comemorado em 1910. Este artigo irá se debruçar sobre seus principais expoentes (Ricardo Rojas, Leopoldo Lugones e Manuel Gálvez), demonstrando como essa discussão inseria-se na promoção e manutenção de práticas hegemônicas, que visavam a sustentar a ordem estabelecida.

PALAVRAS-CHAVE:

Nacionalismo; Geração do Centenário; nacionalidade argentina; imigração

ABSTRACT

In the last decades of 19th century, Argentina received hundreds of thousands of immigrants. Liberal enthusiasm about immigration quickly was replaced by the vision of immigrants as a risk to social stability and to incipient Argentinian nationality. Therefore, State tried to homogenize country's heterogeneous population, mainly by means of a patriotic education project. Concerned about nation values and traditions affirmation, in opposition to immigration, were those authors associated to the Independence Centenary Generation, celebrated in 1910. This article will analyze its principal names (Ricardo Rojas, Leopoldo Lugones and Manuel Gálvez), demonstrating how this discussion was related to promote and maintain hegemonic practices, which aimed to sustain the establishment..

KEY WORDS:

Nationalism; Centenary Generation; Argentinian nationality; immigration

INTRODUÇÃO

Desde a *Constitución de 1853*, a imigração começou a ser tratada como uma questão de Estado na Argentina e a vinda de imigrantes europeus tornou-se um mecanismo desejado de povoamento, incremento da mão-de-obra e de “redenção” do atraso associado ao interior, com sua população de indígenas e *gauchos*. Esse incentivo não foi um movimento exclusivo do contexto argentino, mas ocorreu em diversos outros países latino-americanos no mesmo período, sobretudo na segunda metade do século XIX. No Brasil, por exemplo, a ideia de raça permeou as políticas públicas para a entrada de estrangeiros (SEYFERTH, 2002). Contudo, o grande contingente de pessoas que chegou à Argentina, sobretudo entre os anos de 1880 e 1910, contribuiu para alterar a visão antes idealizada das elites e dos dirigentes dos governos liberais acerca da imigração. Em meio a problemas trabalhistas, sanitários, de segurança pública e urbanísticos, os imigrantes passaram a ser entendidos como um risco à integridade social, à nacionalidade que ainda se consolidava e, em última instância, à estrutura de poder então estabelecida. Nesse contexto, o governo central empreendeu esforços para disciplinar e homogeneizar a população, por meio da universalização do ensino obrigatório e gratuito, repressão a greves, estados de sítio, deportações e, especialmente, através da difusão dos valores assumidos como nacionais, com destaque para o projeto de educação patriótica do Conselho Nacional de Educação.

A questão da nacionalidade argentina e as consequências da imigração provocaram intensos debates, sob perspectivas múltiplas. O grupo de pensadores que despontou no contexto das comemorações do Centenário da Independência (1810-1910), alinhados aos esforços de afirmação daquilo que consideravam como as autênticas tradições do país, principalmente através da escola e em oposição ao cosmopolitismo e aos imigrantes, seria denominado pela historiografia e pela crítica literária como a Geração do Centenário. Dialogando com fontes historiográficas e com as principais obras de seus autores, o objetivo deste artigo é delinear o pensamento de seus expoentes (Ricardo Rojas, Leopoldo Lugones e Manuel Gálvez), assentado sobre a retórica do colapso da identidade nacional e voltado à manutenção da estabilidade e coesão sociais e, por conseguinte, das práticas hegemônicas então estabelecidas.

IMIGRAÇÃO, NACIONALISMO E A GERAÇÃO DO CENTENÁRIO

Na segunda metade do século XIX, principalmente a partir da década de 1860, o Estado-nacional argentino passou por um amplo esforço de reorganização que incluiu, grosso modo, o fortalecimento de um governo centralizado (OSZLAK, 1982, p. 9), a normatização de aspectos econômicos, jurídicos e administrativos (OSZLAK, 1982) e a construção simbólica da nação, para a qual a escola desempenhou papel de destaque (ZAIDENWERG, 2013, p. 66). Em primeiro lugar, foi necessário reordenar o monopólio da força, fundamental para a afirmação do governo nacional frente a elementos que, mesmo depois de 1862, ainda ameaçavam a estabilidade política tanto no plano externo, com a Guerra do Paraguai, quanto internamente, em razão dos ataques indígenas (PASSETTI, 2012) e de revoltas provinciais contra a submissão às autoridades centrais (RATTO, 2011).

Ao mesmo tempo, a mão-de-obra demandada pela produção de gêneros primários para exportação – base da economia – e a necessidade de se povoar e cultivar as terras incorporadas durante as campanhas militares dos anos 1870 e 1880 contra os indígenas (PASSETTI, 2012) impulsionaram as políticas de fomento à imigração europeia. Esse incentivo encontrava respaldo no pensamento de liberais como Juan Bautista Alberdi e o ex-presidente Domingo Faustino Sarmiento, que há décadas defendiam a vinda dos europeus como forma de redimir o “atraso” e a “barbárie” do interior do país (ALBERDI, 2011; SARMIENTO, 2010). Estima-se que, entre 1880 e 1890, mais de um milhão de imigrantes tenham desembarcado na Argentina, dos quais cerca de 650 mil radicaram-se no território (ROMERO, 2012). Alguns foram para o campo, mas muitos permaneceram nos grandes centros urbanos, especialmente na capital Buenos Aires¹.

O crescimento demográfico desordenado e a maioria de italianos e espanhóis eclipsaram o entusiasmo das elites frente à imigração: entre 1886 e 1890, 75% daqueles que

¹Em relação às transformações administrativas e territoriais pelas quais a Argentina passou ao longo das décadas de 1870 e 1880, foi criada a Governança da Patagônia em 1878, instância política estratégica para a conquista dos territórios indígenas, com administração subordinada ao Ministério da Guerra. Em 1884, a Lei n.º 1.532 de Organização dos Territórios Nacionais normatizou a posse dos novos domínios, dissolvendo a Governança da Patagônia e criando, no Sul, os Territórios de La Pampa, Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz e Terra do Fogo e, no Norte, os de Misiones, Chaco e Formosa. A estrutura política dessas jurisdições passou a ser composta por um governador, eleito pelo Poder Executivo com a aprovação do Senado, por um secretário, indicado pelo governador e aprovado pelo Executivo, e pelos Conselhos Municipais nas localidades com mais de 1.000 moradores. Às que não atingissem esse número, restava a formação de Comissões de Fomento. Ver: CONGRESSO NACIONAL DA ARGENTINA. Lei n.º 947 de Distribuição da Terra de 5 de outubro de 1878; CONGRESSO NACIONAL DA ARGENTINA. Lei n.º 1.532 de Organização dos Territórios Nacionais de 16 de outubro de 1884.

entraram no país provinham da Espanha e da Itália, cifra que ultrapassou os 80% na primeira década do século XX (ZAIDENWERG, 2013, p. 66). Isso porque, para expoentes do pensamento liberal, entre eles Alberdi, as ideias e a população do Norte da Europa eram preferíveis para a integração dos elementos sociais vistos como entraves ao desenvolvimento nacional, ou seja, em especial, os *gauchos* e os indígenas. Já na década de 1890, em meio a uma crise econômica, surgiram os primeiros focos de contestação entre os trabalhadores, muitos com experiência sindical trazida de seus países de origem (SOARES, 2002, p. 24), o que aumentou o clima de tensão.

Diante de problemas sociais, habitacionais, sanitários e de segurança, o poder público lançou mão de uma série de dispositivos para a homogeneização e disciplinarização da população. Entre eles, incluíram-se legislações que normatizaram e universalizaram a educação básica obrigatória, cujo currículo passou a abarcar questões como história, geografia e o idioma nacional – entre as quais a Lei de Educação Comum de 1884. Além disso, o governo endureceu a repressão aos “perturbadores da ordem”, que passavam a ser identificados aos imigrantes. A Lei n.º 4.144 de Residência, promulgada em 1902 e conhecida como Lei Cané, autorizou a deportação de estrangeiros sem a necessidade de julgamento prévio. Por mais de 50 anos, o dispositivo foi aplicado para dirimir a resistência de grupos operários, perseguidos por ideias pretensamente socialistas e anarquistas. No 2º artigo, a Lei previa a expulsão daqueles imigrantes cuja conduta comprometesse a segurança nacional ou perturbasse a ordem pública. Já em 1910, no auge da repressão contra os trabalhadores, a Lei de Defesa Social “contribuiu para proibir, sancionar, perseguir e deportar todos aqueles que a Lei de Residência de 1902 não havia conseguido” (ZAIDENWERG, 2013, p. 69).

O crescente pessimismo que contaminou as classes dominantes guardava relação com a sensação de perda iminente de uma suposta coesão social. Essa retórica ocultava as dificuldades de se responder concretamente às reivindicações de indivíduos alheios a espaços oficiais de atuação e protagonismo, que lhes eram então recusados. Além disso, vinculava-se ao “mito da terra da promessa”, usado recorrentemente pelas elites dirigentes para negar a “possibilidade de que a agitação social, fenômeno europeu, pudesse repetir-se nas terras americanas”, pois “nada havia aqui que justificasse um mal-estar social, imaginavam; devia ser necessariamente importado por agitadores estrangeiros” (DEVOTO, 2000, pp. 46-47).

De 1908 a 1913, o médico positivista José María Ramos Mejía esteve à frente do Conselho Nacional de Educação. Sua atuação foi decisiva para delinear o perfil da política

educacional argentina, sobretudo por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, em 1910 (MEJÍA, 1909). Durante sua gestão, desenvolveu um verdadeiro projeto de educação patriótica, a fim de promover e difundir os valores nacionais por meio das escolas de todo o país, visando à “argentinização” dos imigrantes e de seus descendentes e perpassando o currículo, o material didático e as festas cívicas, por exemplo (ZAIDENWERG, 2013). Os argumentos cientificistas de Ramos Mejía, orientados por sua formação médica, partilhavam da atração exercida pelo pensamento europeu sobre outros pensadores latino-americanos que aproximavam suas análises dos fenômenos sociais à perspectiva biológica, como Nina Rodrigues no Brasil, Alcides Arguedas na Bolívia e Carlos Octavio Bunge na própria Argentina².

A posição de José María Ramos Mejía era partilhada por pensadores identificados à chamada Geração do Centenário, que se preocupavam em definir os atributos da nacionalidade. Essa denominação dada pela historiografia e pela crítica literária a um grupo de pensadores relacionados ao contexto de comemoração do Centenário da Independência da Argentina, em 1910, que teve como ponto chave o projeto de viés patriótico do Conselho Nacional de Educação. A essa doutrina deu-se o nome de nacionalismo, justamente por suas preocupações em comum a respeito do que deveria conformar a identidade e a nacionalidade argentinas, sobretudo por meio de atributos culturais associados a um conjunto de tradições eleitas como autênticas e nacionais, em oposição ao cosmopolitismo e à imigração. Muitos desses intelectuais contribuíram com pareceres e ocuparam cargos no Conselho de Educação.

A época que coincidiu com o Centenário da Independência caracterizou-se pela mobilização em torno da questão da identidade nacional com base em perspectivas plurais e, muitas vezes, contrárias. Se para a Geração do Centenário os imigrantes eram vistos como fatores de instabilidade e ruptura social, para “muitos outros autores (...) a velha dualidade fundadora civilização-barbárie continuava em vigor, e a civilização estava do lado da imigração europeia” (DEVOTO, 2000, pp. 54-55). Nesse sentido, o nacionalismo daquela Geração poderia ser definido como uma “doutrina coerente que interpreta o país e sua história” (ZAIDENWERG, 2013, p. 86), “representado como um *movimento e uma ideologia política* de redenção nacional portadora dos valores essenciais da argentinidade. Estes

²Ver, entre outros: RODRIGUES, Raimundo Nina. *Mestiçagem, Degenerescência e Crime* (1899), no Brasil; BUNGE, Carlos Octavio. *Nuestra América, ensayo de psicología social* (1903), na Argentina; e ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo* (1909), na Bolívia.

deveriam ser buscados no *passado*” (BEIRED, 1999, p. 226, grifos do autor), sobretudo da colonização hispânica e, para alguns autores, dos governos de Juan Manuel de Rosas na primeira metade do século XIX.

Os três expoentes máximos identificados à Geração do Centenário foram o *tucumano* Ricardo Rojas (1882-1957), o *enterreriano* Manuel Gálvez (1882-1962) e o *cordobés* Leopoldo Lugones (1874-1938). Filhos de famílias *criollas* e nascidos entre 1874 e 1882 em cidades das províncias, eles migraram posteriormente para Buenos Aires. Esses pensadores compartilhavam “a mesma apelação ao amor patriótico, ao espírito nacional e a uma tradição que, em boa parte, seguia sendo uma recriação mítica do passado” (SÁNCHEZ apud ZAIDENWERG, 2013, p. 86). Entre os ideais do grupo, também estavam a valorização dos emblemas associados ao passado caudilhista, sobretudo à imagem anteriormente detratada do *gaucho* e, mais à frente, a recuperação da memória do general Rosas. Assim, diversos desses posicionamentos seriam incorporados pela direita autoritária que começava a se formar na Argentina (BEIRED, 1999), somados ao militarismo e à regeneração da moral conservadora. Contudo, nem todos esses pensadores tomaram parte nos rumos políticos autoritários do país. Ricardo Rojas, por exemplo, foi bem próximo aos governos da União Cívica Radical e chegou a ser perseguido e preso após o golpe de 1930.

Em linhas gerais, a Geração do Centenário perseguiu a redefinição das tradições históricas e culturais como essências da nação, em resposta à crise moral identificada à imigração e aos excessos do materialismo, associado ao crescimento urbano desordenado, à rápida integração do País ao modelo capitalista altamente dependente do latifúndio e da exportação de matérias primas e aos reflexos da modernização das cidades, em especial de Buenos Aires, que exerceu impacto sobre as sensibilidades. As posições desses nacionalistas nem sempre foram unânimes entre si, como demonstraram as polêmicas a respeito da importância atribuída ao catolicismo e ao hispanismo. Ainda sobre as motivações:

(...) o ponto central do questionamento era o cosmopolitismo da sociedade argentina, tomada pela enorme presença de imigrantes e dirigida por pessoas que haviam buscado inspiração na Europa. Todos os conflitos sociais e políticos e todo o questionamento sobre os rumos da elite tradicional podiam ser atribuídos aos maus imigrantes, aos corpos estranhos, aos estrangeiros dissolutos, incapazes de valorizar o que o país lhes havia oferecido. (...) preocupava também a desintegração de uma identidade nacional que alguns remontavam à sociedade crioula, anterior à avalanche imigratória (...) a maioria encontrou resposta em uma afirmação polêmica e retórica da nacionalidade: a solução era ressaltar a própria tradição crioula, argentinizar a massa estrangeira e discipliná-la. (ROMERO, 2012, *E-book*).

Nesse contexto, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) exerceu importante impacto na América Latina. A marcha positivista e a crença no progresso ilimitado foram obscurecidas pelos horrores do pior conflito até então empreendido pela humanidade, no qual os impérios expansionistas europeus travaram batalhas motivadas pelo espírito progressista e tecnicista. Diante de um cenário de catástrofe militar e desintegração simbólica, a Grande Guerra desencadeou efeitos imediatos e permanentes no pensamento ocidental. O conflito provocou uma crise de identidade e consciência no continente latino-americano, que até pouco tempo orientava sua concepção de civilização de acordo com o modelo europeu. Dessa maneira, a Guerra contribuiu para fortalecer os movimentos nacionalistas, que em geral reorientaram-se para as especificidades próprias de suas sociedades (COMPAGNON, 2014).

Na Argentina, o conflito atingiu ainda mais as sensibilidades transformadas pela rápida modernização do país. De distintas maneiras, o tema da nacionalidade passou a despertar o interesse não apenas das elites políticas, mas também das vanguardas, sendo apropriado por escritores como Borges e artistas plásticos como Xul Solar (SCHWARTZ, 2013, pp. 150-151). “Escritores e artistas mergulharam em experiências que buscavam conferir formas e conteúdos próprios, locais, à produção cultural e estética” (SOARES, 2015, p. 427). Além disso, conferiu força aos ideais nacionalistas. O estrangeiro, que motivava desconfiança, converteu-se definitivamente numa ameaça à segurança e à integridade nacionais. Frente a uma sociedade cada vez mais heterogênea, com saldo migratório superior a 1 milhão de imigrantes apenas entre 1901 e 1910 (ZAIDENWERG, 2013, p. 70), os nacionalistas questionaram:

(...) o projeto de seus pais, vendo nesta época uma crise espiritual e de valores. Nesse sentido, durante a primeira década do século XX, a ênfase no tema pátrio estará vinculada à ascensão de correntes de tipo espiritualista, que em contraposição ao positivismo de décadas anteriores interpretavam a sociedade em termos de comunidade patriótica de ideais. Diferentemente dos países capitalistas centrais, cujo núcleo aglutinador era o desenvolvimento industrial, o espiritualismo argentino concebeu as relações sociais em função de uma suposta convergência espiritual. (ZAIDENWERG, 2013, p. 86).

LUGONES, GÁLVEZ E ROJAS: PENSADORES DA GERAÇÃO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Em 1914, os imigrantes representavam 30% da população argentina (ARGENTINA, 1916), em meio a um incipiente cenário de crise econômica, desencadeada

pela Primeira Guerra Mundial (VILLAROYA, 2007, p. 131). Por um lado, a centralização simbólica do Estado-nacional e a missão civilizadora da educação pública, heranças do pensamento oitocentista, foram fortalecidas mediante a crença de que conduziriam “os novos habitantes às divisões sociais pré-existentes”, legitimando as desigualdades (PUIGGRÓS, 1991, pp. 8-11). No entanto, para a Geração do Centenário, tradições, paisagens e personagens rechaçados por liberais do século XIX passaram a ser associados à alma nacional, principalmente aqueles do imaginário *gauchesco*, e o mundo rural tornou-se o lugar da argentinidade, em contraposição às cidades. Não por acaso, o folclore seria recuperado pelo nacionalismo, especialmente a partir de um inquérito realizado na década de 1920 para coletar registros folclóricos nos entornos das escolas de todo o país (SOARES, 2015).

La restauración nacionalista, escrita por Ricardo Rojas em 1909, e *El diario de Gabriel Quiroga*, de autoria de Manuel Gálvez e publicada em 1910, são consideradas as primeiras obras do nacionalismo argentino (ZAIDENWERG, 2013, pp. 86-87). *La restauración nacionalista* surgiu como um diagnóstico do sistema educacional e resultou de uma viagem patrocinada pelo Ministério da Justiça e Instrução Pública, com vistas à elaboração de estudos comparativos sobre o ensino de História na Inglaterra, França, Itália e Espanha. Com base nessa experiência e na vivência anterior da prática docente, Rojas (2010) propôs reformar a disciplina histórica ensinada nas escolas argentinas, disseminando os valores nacionais por meio dela.

A obra entendia a educação como mecanismo de fortalecimento da nacionalidade e de disciplinização e homogeneização da população. Para isso, era necessário promover a sensibilidade nacional, conformando uma tradição espiritual em comum, que consolidasse a identidade “ameaçada pelas forças heterogêneas da imigração” (PUIGGRÓS, 1991, p. 87). Para ele, o cosmopolitismo atrasava a civilização. Contudo, o autor nutria “uma simpatia acentuada às migrações ‘latinas’, vistas como as mais compatíveis com a ‘alma argentina’” (DEVOTO, 2002, p. 57). Além disso, insistia na constituição de um “pensamento nacional autônomo” e na “necessidade de desenvolver ‘olhos’, ‘lentes’ e um ‘olhar próprio’”, criticando a “miopia nacional”, ou seja, “o descentramento e o europeísmo” intelectuais (PULFER, 2010, p. 16).

A educação, portanto, deveria se orientar para os temas locais, atribuindo-se ao ensino de História a missão de contribuir para a argentinização das massas, formando uma consciência nacional e combinando-se aos estudos da língua, da geografia e da moral. Dessa

maneira, objetivava-se a construção de valores patrióticos que, além de símbolos e heróis, estivessem vinculados a “todo esforço generosa e conscientemente realizado em favor do território, do idioma, da tradição e da hegemonia futura do país” (ROJAS, 2010, p. 16). Por conseguinte, o autor defendia a centralização do ensino por meio de um Estado forte, que pudesse conduzir um programa autenticamente argentino e laico, com escolas verdadeiramente nacionais e materiais didáticos que não reproduzissem manuais estrangeiros.

Como uma de suas contribuições mais originais para o pensamento nacionalista, Ricardo Rojas reconheceu a importância dos índios e mestiços para a formação da nacionalidade argentina. O resgate da cultura indo-americana, ideia aprofundada pelo autor posteriormente em *Euríndia* (1924), “sempre suscitou enorme resistência numa cultura pouco desejosa de renunciar à sua originalidade no contexto ibero-americano” (DEVOTO, 2000, p. 53). Ao valorizar o aporte indígena ao espírito nacional, Rojas argumentava que seu “instinto territorial” possibilitaria a absorção desde os imigrantes até o capital estrangeiro (ZULETA ÁLVAREZ *apud* PULFER, 2010, p. 29).

Já para Manuel Gálvez (2001), o patriotismo deveria encaminhar a argentinização da sociedade, por intermédio das tradições, dos costumes e da valorização do passado nacional. Nesse sentido, ele foi um defensor da chamada restauração patriótica, reafirmando seu apreço às “raízes latinas e espanholas da nacionalidade argentina, combinadas com a religião católica e a influência modeladora e afetiva da geografia” (ZAIDENWERG, 2013, p. 87). Para Gálvez, recuperar as tradições, em oposição à realidade “desnacionalizada” e dividida por identidades heterogêneas, imersas no progresso sem rumo nem ética, significava restaurar a moral e expressar o amor à pátria (ZAIDENWERG, 2013, pp. 87-88).

A importância conferida à educação como instrumento de consolidação da argentinidade também perpassou tanto a obra de Gálvez quanto o pensamento de Leopoldo Lugones (2013). Enquanto mecanismos de fortalecimento do Estado-nacional, era preciso reorientar as políticas de ensino, as práticas pedagógicas, o currículo, a formação docente e os conteúdos didáticos, em posição de alteridade frente ao estrangeiro. Lugones sustentava que a formação da raça argentina e da consciência nacional e o direcionamento das massas deveriam ocorrer por meio da educação. Da mesma forma, entendia que a transmissão de princípios e valores patrióticos aos filhos dos imigrantes era o caminho para argentinizá-los e nacionalizar seus progenitores. Por sua vez, Manuel Gálvez argumentava que a reespiritualização da sociedade apenas seria possível mediante a educação de seus cidadãos.

Outro ponto criticado pelo nacionalismo da Geração do Centenário foi o materialismo exacerbado, associado à busca desenfreada pelo progresso, à corrupção das virtudes cívicas e à decadência moral. Não por acaso, o imigrante era definido como individualista, ganancioso e egoísta, desprovido de sentimentos comunitários e de amor à pátria e mais preocupado em enriquecer às custas do país, segundo autores como Leopoldo Lugones. Para esses pensadores, o novo habitante das cidades, caracterizadas pela presença das multidões, um dos efeitos indesejados da modernização, era moldado pela lógica econômica e dedicava-se exclusivamente à promoção de seus interesses materiais.

O hispanismo também caracterizou o pensamento dos nacionalistas. Em geral, sobretudo após a independência das últimas colônias espanholas no continente americano, em 1898, ocorreu um movimento de reaproximação simbólica de parte dos pensadores latino-americanos com relação à antiga metrópole (SOARES, 2015, p. 426). Gálvez foi o principal hispanista da Geração do Centenário. Era favorável à preservação das tradições provinciais, principalmente por acreditar que nelas sobrevivessem as virtudes e os valores do passado espanhol, como a honra, a coragem, a ordem, a virilidade e o antiutilitarismo (BEIRED, 1999, p. 221), atributos essenciais para a superação da crise moral que a Argentina enfrentava. “No final, o espanhol tornou-se um produto cultural a partir do Centenário e a imigração espanhola [antes indesejada], que já ultrapassava em número a italiana, parecia o antídoto eficaz para os males produzidos pelas outras” (DEVOTO, 2000, p. 53, grifos nossos).

Para Leopoldo Lugones, entretanto, a cultura hispânica interessava por sua filiação à greco-romana, considerada modelo de perfeição. Assim, o autor debruçou-se sobre as especificidades da realidade nacional, distanciando-se da perspectiva de continuidade hispano-católica projetada por pensadores como Gálvez (DEVOTO, 2000, p. 54):

Lugones (...) está determinado pelo imperativo de deduzir (...) que essa nação tem uma coletividade e identidade indiscutível (...). A ficção lugoniana da estirpe argentina como última depositária da mais alta tradição greco-latina construía um futuro passado, uma fundação monumental sobre uma história construída. Era uma resposta implícita aos projetos de *hispanidad* e de “família espanhola”. (DOBRY, 2010, p. 5).

Em 1916, Lugones publicou sua obra mais importante, *El payador*. O termo remete ao autor das *payadas*, improviso musical conhecido como “a poesia do *gaucho*”. Originárias da cultura popular espanhola, ganharam distintos contornos no interior da Argentina, do Uruguai e no Sul do Brasil. A publicação reivindicou o caráter épico de *El*

Martín Fierro, obra poética oitocentista de José Hernández, que Lugones considerava o poema nacional por excelência. Isso porque, o nacionalista valorizava as tradições *gauchescas* como símbolos da argentinidade e da alma profunda do país. Essa posição representou outra inflexão importante frente aos discursos do liberalismo do século XIX, principalmente ante o *Facundo* de Domingo Faustino Sarmiento, que via no *gaucho* a expressão negativa do mundo rural e da barbárie que imperava no “deserto”, combinando o declínio e o conservadorismo dos espanhóis com o caráter selvagem dos indígenas (SARMIENTO, 2010).

Para Lugones, todavia, o *gaucho* estava a serviço da civilização, pois havia conciliado a “raça espanhola”, preponderante por sua superioridade, com a “raça indígena”, inferior por ser bárbara. Assim, graças a ele, teria sido preservado o legado greco-romano das tradições hispânicas, as quais haviam conseguido resistir aos atributos negativos dos índios. Portanto, o *gaucho* do passado tornava-se o modelo desejado para o novo argentino, capaz de enfrentar e reagir, com heroísmo e coragem, à ameaça do imigrante. Por conseguinte, recuperar suas tradições era necessário para a sobrevivência da civilização, uma vez que elas simbolizavam os atributos da excepcionalidade e da resistência da cultura argentina (LUGONES, 2013).

Outro contraponto importante entre o nacionalismo da Geração do Centenário e o liberalismo girou em torno do espaço urbano. No século XIX, as cidades eram valorizadas como emblemas da civilização, do progresso e da ordem, em oposição ao mundo rural e ao deserto, associados ao *gaucho* atrasado e ao índio indolente. O nacionalismo, porém, ressignificou a concepção sobre o campo, idealizado como lugar do passado e da tradição. Assim, ele passou a ser a expressão da autenticidade nacional, espaço privilegiado para recuperar a identidade argentina, pois estava afastado do cosmopolitismo materialista das grandes cidades. Nesse sentido, o “fracasso do programa dos fundadores” foi vinculado à consolidação do latifúndio, que impediu o direcionamento da imigração para os campos e provocou o surgimento do fenômeno das multidões nas cidades (DEVOTO, 2000, p. 47).

Essa construção de um passado idealizado inseria-se na busca por “utopias rurais” (SARLO, 2010, pp. 59-66), próprias de um tempo mítico (de uma “era de ouro”, conforme LE GOFF, 2010) e permeadas por aspectos mais simbólicos do que reais. Assim, em oposição à crise, a natureza ditava o ritmo da vida naquele universo imaginado, permanente e estável. Em contrapartida, as dinâmicas urbanas criavam paisagens fragmentadas e cenários antinaturais

(SARLO, 2010). Para o nacionalismo, portanto, era fundamental recuperar e reorganizar os elementos daquele mundo utópico, recolocando o processo civilizatório nos eixos.

A estrutura oligárquica que se mantinha há mais de três décadas no poder nacional não resistiu por muito tempo às pressões sociais e ao surgimento de novos grupos políticos organizados, ansiosos por mais abertura. Foi nesse contexto que ocorreu a reforma eleitoral de 1912, conhecida como Lei Sáenz Peña, que instituiu o voto masculino universal, secreto e obrigatório e representou o primeiro passo para uma “democracia ampliada” (ZAIDENWERG, 2013, p. 70). Essa legislação foi uma das iniciativas que visavam a “resolver o problema da nacionalidade por meio da integração dos filhos dos imigrantes” (DEVOTO, 2000, p. 49).

O esforço acabou levando à inesperada vitória da União Cívica Radical (UCR) em abril de 1916, com a chegada de Hipólito Yrigoyen à presidência da Argentina (ROMERO, 2012), criticando a corrupção das oligarquias. Contudo, o governo Yrigoyen não rompeu com o impulso patriótico delineado pelas políticas de Estado. Pelo contrário, fortaleceu-o, uma vez que ele atendia à sua concepção de reparação institucional e de moralização da política. Enfim, mesmo a ideia de renovação incluiu, mais uma vez, o incentivo ao patriotismo (ZAIDENWERG, 2013, p. 178).

A eleição da UCR marcou o fim da “ordem conservadora”, mas acabou por aprofundar o discurso nacionalista, cada vez mais articulado à atuação política. Leopoldo Lugones, um dos principais opositores do novo governo, foi quem pronunciou, em 1924, o célebre discurso da *Hora de la Espada*, estimulando a ingerência armada na política nacional (SOARES, 2002, p. 73). Ela foi, de fato, concretizada pelo golpe militar encabeçado pelo general José Félix Benito Urriburu, que interrompeu o segundo mandato de Hipólito Yrigoyen em 1930. A partir de então, a imigração sofreu uma profunda inflexão, com o incentivo aos fluxos migratórios internos, e a questão da nacionalidade voltou-se ainda mais à afirmação ideológica da argentinidade e da necessidade de restauração moral de uma nação em crise política e econômica (QUATTROCCHI-WOISSON, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nacionalismo da Geração do Centenário preocupou-se em reconstituir a estabilidade necessária para reorientar os sentidos regeneradores da civilização e do

progresso, bases da retórica de consolidação do próprio Estado-nacional argentino. Com isso, almejava-se manter a hegemonia e a ordem político-econômica, ameaçadas simbolicamente pela imagem estereotipada do imigrante e da modernidade e, concretamente, pelas transformações sociais que pressionavam os poderes oligárquicos e tensionavam o tecido social. Por conseguinte, reconfigurava-se o binômio civilização *versus* barbárie, apoiado em um passado mítico, em tradições eleitas ou “inventadas” (HOBSBAWM & RANGER, 1984) e nos valores patrióticos, invisibilizando-se sujeitos e aspectos culturais vistos à margem da idealizada “argentinidade”.

Ainda que seu pensamento não seja homogêneo, seus autores mais destacados – Leopoldo Lugones, Manuel Gálvez e Ricardo Rojas – aproximavam-se pelo apelo ao espírito nacional, muitas vezes participando do jogo político e interferindo na atuação do Estado, sobretudo no campo educacional. Ou seja, sua influência ultrapassou o âmbito literário e acadêmico, especialmente no caso de Lugones. Igualmente, para além do contexto das comemorações do Centenário da Independência, as posições por eles defendidas foram revisitadas, aprimoradas, incorporadas e ressignificadas nas décadas seguintes, tanto pelos próprios autores quanto por grupos desejosos de manter ou impor seu domínio, como no golpe militar de 1930.

Vale ressaltar que a defesa ideológica de uma pretensa unidade e coesão nacionais frente à retórica do risco de instabilidade representado pelos imigrantes seria recorrente em distintos Estados latino-americanos na primeira metade do século XX, como verificado, por exemplo, durante a ditadura estado-novista de 1937 a 1945 no Brasil. Mais ainda, sem desconsiderar a importância de se analisar os diferentes contextos históricos, políticos e geográficos, essa ideia persiste nos dias de hoje, fortalecida pela crise da globalização e pelo fortalecimento dos discursos nacionalistas que vem ganhando força em países como a França, a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos.

Na própria Argentina, mais de um século após a promulgação da Lei Cané de 1902 e sob a justificativa de combater a criminalidade e o narcotráfico, um Decreto de Necessidade e Urgência do governo de Mauricio Macri limitou, em 2017, o ingresso e a permanência de estrangeiros no país, favorecendo as deportações. O ato foi considerado inconstitucional pela Justiça e contrário aos direitos humanos (CLARÍN, 2018).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERDI, Juan B. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República de Argentina**. Fundação Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2011.

ARGENTINA. **Tercer Censo Nacional**, Tomo II, Población. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía., 1916.

BEIRED, José Luiz B. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CLARÍN. **Declaran inconstitucional el decreto de Macri que endureció los controles migratorios**. 23 de março de 2018. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/declaran-inconstitucional-decreto-macri-endurecio-controles-migratorios_0_BJIL1179M.html>. Acesso em: 28 de abril de 2018.

COMPAGNON, Olivier. **O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939)**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

DEVOTO, Fernando J. Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna: una historia**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

DOBRY, Edgardo. Panamericanismo, hispanidad, nacionalismo argentino: dos escenas. **IX Congreso Argentino de Hispanistas “El hispanismo ante el Bicentenario”**, 27-30 de abril de 2010, La Plata.

GÁLVEZ, Manuel. **El Diario de Gabriel Quiroga: opiniones sobre la vida argentina**. Buenos Aires: Taurus, 2001.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

LUGONES, Leopoldo. **El payador**. Barcelona: Linkgua digital, 2013.

MEJÍA, José M. Ramos. **La Escuela Argentina en el Centenario**. Buenos Aires: Conselho Nacional de Educação, 1909.

OSZLAK, Oscar. Reflexiones sobre la formación del estado y la construcción de la sociedad argentina. **Desarrollo Económico Revista de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, vol. XXI, janeiro-março 1982.

PASSETTI, Gabriel. **Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)**. São Paulo: Alameda, 2012.

PUIGGRÓS, Adriana (org.). **Historia de la educación argentina: Sociedad civil y estado en los orígenes del sistema educativo argentino**. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1991.

PULFER, Darío. Apresentação. In: ROJAS, Ricardo. **La restauración nacionalista**. La Plata: UNIPE, 2010.

QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. **Los males de la memoria – historia y política en la Argentina**. Buenos Aires: Emecé, 1995.

RATTO, Silvia. El frustrado proyecto de avance territorial del estado nacional entre 1869 y 1872. **Memoria americana**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 19-1, jun. 2011.

ROJAS, Ricardo. **La restauración nacionalista**. La Plata: UNIPE, 2010.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve História Contemporânea da Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012 (E-book).

SARLO, Beatriz. **Modernidade periférica: Buenos Aires, 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SARMIENTO, Domingo. **Facundo, ou civilização e barbárie**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SCHWARTZ, Jorge. **Fervor das vanguardas**. Arte e literatura na América Latina. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, 2002.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **A Semear horizontes**. 2012. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Monteiro Lobato, Juan P. Ramos e o papel dos inqueritos folclóricos na formação cultural e política da nação. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, 2015.

VILLARROYA, Isabel S. La Belle Époque de la Economía Argentina. 1875-1913. **Revista Acciones e Investigaciones Sociales**, Zaragoza, n.º 23, janeiro de 2007.

ZAIDENWERG, Cielo. **La ‘argentinización’ de los Territorios Nacionales a través de la educación formal e informal: Estudio de caso Río Negro (1908-1930)**. 2013. Tese de Doutorado em História. Universidade de Barcelona, Barcelona, 2013.

Artigo recebido em outubro de 2017. Aprovado em fevereiro de 2018